

Os sérios problemas dos indígenas

Por **Silvio Coelho dos Santos(*)**
Salvio Muller (**)

190

A população indígena aldeada em Ibirama soma, aproximadamente, a 800 pessoas. Etnicamente essa população se identifica com os grupos Xokleng, Kaingang e Guarani. Mais da metade dessa população é formada por mestiços, resultantes de casamentos interétnicos (índios e brancos) e intertribais (Xokleng/Kaingang). A reserva formou-se em função dos Xokleng, contatados que foram em 1914. Os kaingang foram levados para Ibirama pelo pacificador Eduardo Hoerhan, com o objetivo de colaborar no processo de "submissão" dos Xokleng. Os Guarani vieram das fronteiras do Paraguai e Argentina, em decorrência da sua contida busca da "Terra Sem Males". Formam algumas poucas famílias, que vivem nos pontos mais isolados da reserva e, propriamente, não têm maiores contatos com Xokleng ou Kaingang. Dependem, entretanto, para sobreviver, da exploração de recursos naturais oferecidos pela floresta; em particular a caça e material para a confecção de artesanato. Já os Xokleng, os Kaingang e os mestiços exploram a reserva através de práticas agrícolas, associadas a uma pequena criação, e pelo aproveitamento dos recursos florestais existentes: palmito, madeiras, palanques e lenha.

Desde os primeiros momentos do contato, em 1914, ficou evidenciado que o órgão governamental responsável pelos índios não sabia o que fazer. Os Xokleng foram assim submetidos ao convívio com parcelas ponderáveis da sociedade nacional, sem que esse processo resultasse sequer numa aprendizagem destinada a minimizar os efeitos decorrentes da improvisação. Somando aproximadamente 400 indivíduos em 1914, em 1932 os Xokleng estavam reduzidos apenas a 106 pessoas. Doenças que lhes eram desconhecidas e alteração de sua dieta alimentar, decorrente de seu confinamento numa reserva que não tinha condição de lhes prover as necessidades de caça e coleta, é que promoveram essa dizimação. A desorganização social acompanhou a alteração das ordens demográfica e econômica, contribuindo assim para alterar o ethos tribal.

Nesse contexto, é de se entender também que os Xokleng formavam uma sociedade segmentária. Historicamente sabe-se da existência de pelo menos três grupos. O que foi contatado em Ibirama (SC), um outro que perambulava nas imediações de Porto União (SC), contatado por volta de 1920, e um terceiro que ficou isolado nas cercanias da serra geral, no sul do Estado (SC). O grupo de Ibirama, por sua vez, sempre teve facções internas. Após o contato em 1914, o ajustamento dessas facções ficou mais complicado devido a apresentação dos Kaingang. De fato esses kaingang exerciam o papel de mediadores entre os "brancos" e os Xokleng. Devido à sua experiência de convívio com os "brancos", pode-se entender como eles aproveitaram para se impor aos índios recém contatados. Isto pode ser depreendido da afirmação de um velho Kaingang, explicando porque Eduardo Hoerhan os havia trazido de Palmas (PR) para Ibirama: "era para nós ajudar a amansar os bugre". A aceitação dos Kaingang como mediadores entre os Xokleng e os "brancos" acabou estimulando casamentos interétnicos e o poder político outorgado pelo SPI, ou pela Funai, sempre acabou ficando nas mãos dos Kaingang.

A permanência de Eduardo Hoerhan como chefe do Posto Indígena Ibirama, entre 1914 e 1954, permitiu que os índios, pelo menos, fossem poupados de um contato mais intenso com os "brancos". Após sua saída, entretanto, as compulsões aumentaram rapidamente. Uma estrada foi aberta atravessando a reserva indígena e logo os índios acabaram engajados na economia regional, extraíndo palmito para empresas de conservas do vale do Itajaí, explorando o sassafráz e madeiras de lei; aproveitando os troncos de madeira para confecção de palanques ou para lenha. A agricultura jamais foi praticada com maior intensidade. Os índios não tinham tradição agrícola e tampouco contavam com terras favoráveis ou apoio, em forma de financiamento ou assistência técnica. Em paralelo, as pressões exercidas pelos regionais para aproveitar em seu

benefício o patrimônio indígena e também sua força de trabalho sempre foram crescentes. Hoje, no vale do Itajaí — e praticamente em Santa Catarina — não existe outra reserva de floresta como a da área da reserva Ibirama. As madeiras estão falindo por falta de matéria prima. Também estão escassas as terras para a agricultura. Não é por outra razão que tem crescido assustadoramente o número de brancos que, sob a desculpa de um casamento com uma índia (ou mestiça), tem mudado para a reserva indígena.

A decisão de construir uma barragem no rio Itajaí do Norte, com vistas a contenção de cheias no vale do Itajaí, veio a agravar todo o quadro vivenciado pelos indígenas. Com efeito, o projeto de engenharia da barragem, ao lado de outros problemas, não contemplou com a profundidade necessária as implicações que traria para os índios aldeados em Ibirama. O lago temporário que se formará, após grandes chuvas, implica no deslocamento da maioria das casas, pomares, escolas, sede do posto, enfermaria, etc, existentes na reserva. Mas, além disto, o projeto não levou em conta os efeitos indiretos a que os indígenas estariam sujeitos. Em especial, não considerou toda a própria indefinição da construção. Disto resultaram problemas gravíssimos, dos quais apenas tem se enxergado as inundações que os indígenas sofreram devido ao represamento provocado pela enscadeira construída para o desvio do leito do rio. Os índios estão pelo menos desde 1974 sujeitos a construção dessa barragem, sem que tenham havido medidas concretas para resguardar seus interesses enquanto membros de uma sociedade diferenciada, com direito à tutela do Governo Brasileiro, e como detentores de uma área de terras que lhes foi outorgada por escritura pública pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Hoje a situação dos índios aldeados em Ibirama é bastante difícil. As dissensões internas provocaram a segmentação da população Xokleng/Kaingang/Mestiços, de forma que se pode falar em dois grandes grupos: índios da Sede e índios do Búgio. As lideranças desses grupos têm reivindicações diferentes. A Funai tem encontrado dificuldades para se relacionar com esses grupos e não têm sido raras as intervenções da Polícia Federal na área. Aparentemente, a exploração de madeiras é que tem justificado essas dissensões. De fato há toda uma complexa teia de relações, interesses e justificativas — tanto originárias das pressões e interesses regionais, como decorrentes das próprias cultura e sociedade indígenas, que ainda sobrevivem com um vigor que permite, em última análise, a tomada de posição por parte de muitos índios. Em paralelo, os índios dependem totalmente da sociedade regional em termos econômicos. As ações de rapinagem no patrimônio florestal da reserva é que têm garantido a sua sobrevivência física, pois são poucos os índios que conseguem vender sua força de trabalho para os regionais. Fora disso, somente os índios que são assalariados pela Funai é que dispõem de alguns recursos financeiros mais ou menos estáveis, ou seja, têm salários.

Até o momento os diversos contatos mantidos pelos índios com o DNOS e outros órgãos governamentais não resultaram em medidas concretas para garantir indenização de seus prejuízos e, ao mesmo tempo, permitir que retornem as esperanças de dias mais tranquilos. A Funai já firmou um convênio com o DNOS destinado a permitir a construção de uma estrada de contorno à bacia de acumulação, bem como construir casas para os índios que serão atingidos além de outras benfeitorias. Em paralelo também a Funai obteve do DNOS a liberação de recursos da ordem de quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros para indenização dos prejuízos que os índios tiveram quando da última enchente, em dezembro de 1980. Essas medidas, entretanto, têm sido muito lentas e efetivamente não cobrem os prejuízos reais que os indígenas estão sofrendo. De outra parte, não há respostas objetivas para questões que os próprios índios já levantam, tais como: quais as prioridades que serão estabelecidas para a distribuição das casas? como serão localizadas essas casas? qual o destino da madeira que necessa-

riamente será derrubada para a abertura da estrada de contorno e, no caso de ser reconhecido o direito que os índios têm sobre essa madeira, como se procederá para licitar a distribuir os recursos financeiros decorrentes da sua renda? quem tem direitos efetivos de moradia na reserva: os Xokleng, os Kaingang, os Mestiços, os Guarani, os Caboclos, os Brancos? como os índios poderão se localizar no espaço da reserva, tendo em vista a segmentação ocorrida entre os grupos da Sede e do Búgio, e qual forma de relacionamento da Funai com esses grupos? quem indenizará os indígenas pelos prejuízos indiretos que vêm sofrendo e que se patenteiam na angústia e no stress que apresentam no dia a dia, a partir do instante em que foram envolvidos pelo projeto da barragem?

Responder as questões acima enunciadas não é tarefa fácil. Responder e simultaneamente estabelecer o que fazer objetivamente é muito mais complicado. Na verdade, até hoje, a experiência indigenista brasileira, acumulada pelo órgão oficial de proteção, a Funai, e pelos antropólogos, não permite o encontro de respostas objetivas para essas questões. E o caso de Ibirama se apresenta mais complicado, devido às múltiplas variáveis que resumidamente tentamos registrar. A complexidade da problemática somente é atenuada pelo fato de haver disposição dos órgãos de Governo, Funai e DNOS em particular, de encontrar soluções. Outrossim, os índios têm disposição de discutir suas reivindicações, deixando de lado divergências internas e pessoais. Também no presente a

área de Ibirama está sendo frequentada por dois antropólogos e, um terceiro, linguista, está em vias de iniciar seu trabalho. Associado a isto, há a considerar ainda os trabalhos desenvolvidos nos últimos dois anos por um grupo de antropólogos sediado na UFSC sobre a problemática das barragens e suas consequências para as populações indígenas. Por essa razão propomos:

Que a Funai promova uma reunião envolvendo o DNOS, as lideranças indígenas, os antropólogos que estão atuando na área e na questão de barragens, com o objetivo de melhor equacionar a problemática em foco e tentar obter algumas diretrizes que oriente, a Funai e a própria comunidade indígena, quanto à solução dos problemas mais graves que estão ocorrendo em Ibirama.

(*) Antropólogo e professor da UFSC
(**) Professor da Furb e aluno em pós-graduação em Ciências Sociais.